

RELATÓRIO DE **TRANSPARÊNCIA FISCAL**



// DATA BASE: 3Q2022 // EDIÇÃO 10

Pricilla Maria Santana
SECRETÁRIA DA FAZENDA DO ESTADO

O RTF

O que é?

Publicação quadrimestral da Sefaz RS, com análise das receitas e despesas da administração fiscal e dos principais passivos e contingências.



Objetivo:

Ampliar a transparência na gestão financeira dos recursos públicos, desde o seu ingresso nos cofres do Tesouro até a sua aplicação.

Dados utilizados:

- Fonte: Cage, Receita Estadual e Tesouro do Estado
- Dados consolidados da Administração Direta, autarquias e fundações
- **Valores nominais**, exceto quando expressamente qualificado



CRITÉRIOS DE DEPURAÇÃO DOS DADOS

Exclusões de receitas e despesas

- Transferências de ICMS e IPVA aos municípios. Transferências ao FUNDEB.
- Receitas e despesas intraorçamentárias, pois são repasses entre entidades do próprio Governo (exemplo: do Tesouro para o IPE)

Objetivo:

Apresentar os recursos efetivamente captados da sociedade e que estão disponíveis para os dispêndios do Estado, evitando duplas contagens de receitas e despesas que inflam os números totais do orçamento.



Valores:

- Excluídas receitas intraorçamentárias: **R\$ 16,6 bilhões** (2022) e R\$ 16,6 bilhões (2021)
- Excluídas despesas intraorçamentárias: **R\$ 16,6 bilhões** (2022) e R\$ 16,3 bilhões (2021)

DESTAQUES 2022

Resultado orçamentário positivo de R\$ 3,3 bilhões (2022) vs R\$ 2,5 bilhões (2021)



Resultado orçamentário ajustado (sem RRF e sem receitas extraordinárias) seria *déficit* de R\$ 3,2 bilhões (2022)



Indicador de dívida LRF continua abaixo de 200%



Adesão ao RRF permitiu suspender administrativamente o pagamento da dívida com a União e com terceiros; em 2022, o serviço da dívida não executado em função do RRF foi de R\$ 4,3 bilhões



Regularização de contingências com a **União** acumuladas desde 2017 (R\$ 14,5 bi em RAPs cancelados e R\$ 600 milhões de empenhos de 2022)



Receita Tributária Líquida de R\$ 34,9 bilhões (- 4,2% vs 2021): fim das alíquotas majoradas de ICMS, efeito da privatização CEEE (2021) e impactos da LC 194



Dívida do Caixa Único de R\$ 1,8 bilhão: passivo caiu R\$ 6,5 bilhões em relação ao estoque de 2018 (R\$ 8,3 bilhões)



Despesas de Pessoal (+6,3% vs 2021): crescimento impulsionado pela revisão geral de 6% e pelo reajuste do Piso Nacional do Magistério, crescimento pouco acima da inflação (IPCA 5,79%);

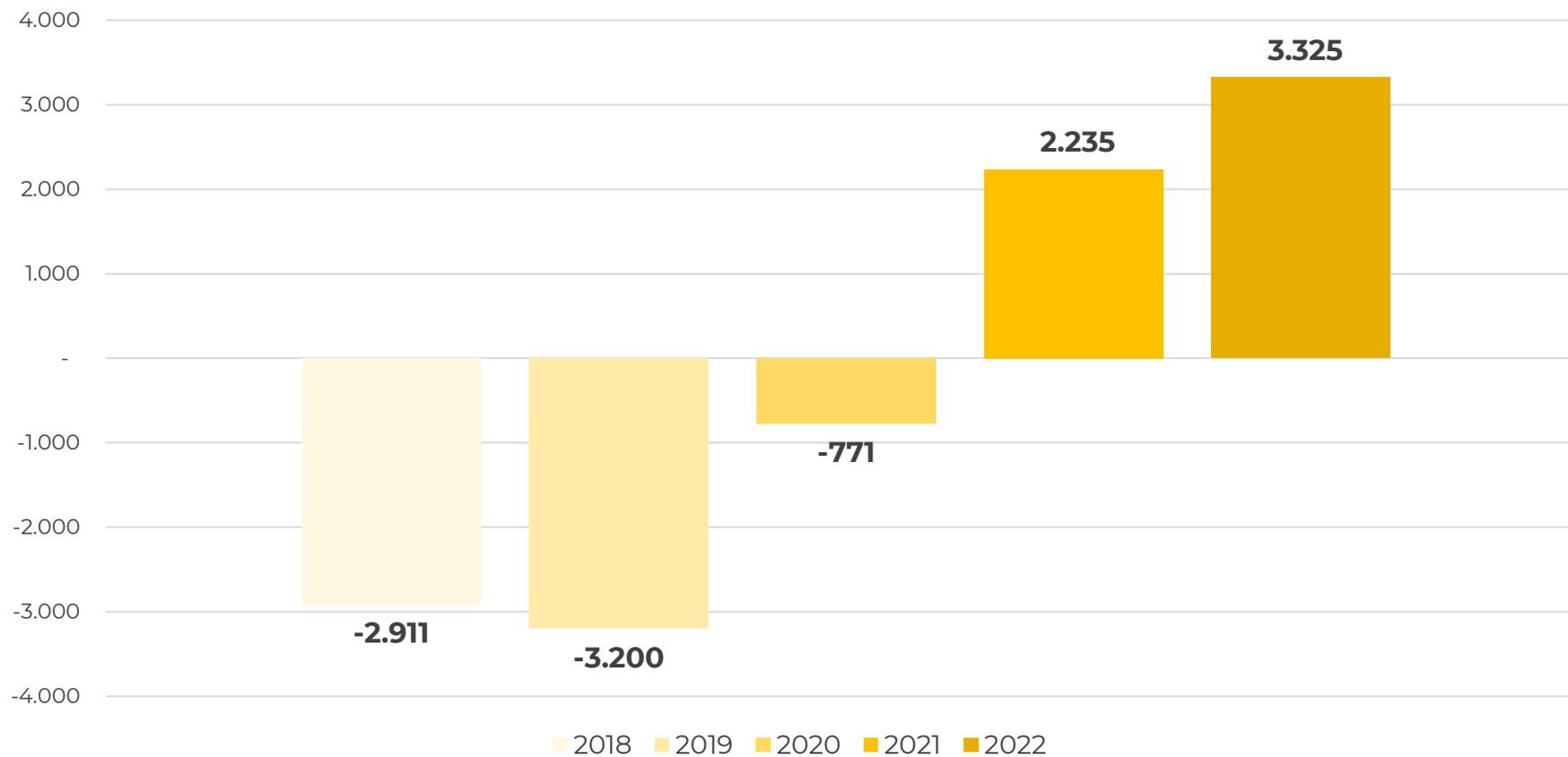
Déficit previdenciário do Plano Financeiro de R\$ 9,3 bilhões (+3,1% vs 2021): decorrente de novas aposentadorias e pensões concedidas e reajustes salariais (revisão geral de 6% e Piso Nacional Magistério)

Indicador de pessoal LRF Poder Executivo avançou para 47,88% (acima do limite prudencial 46,55%); convergência critério STN

PRINCIPAIS RESULTADOS 2022 E SÉRIE HISTÓRICA

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

(Em milhões de R\$)



RESULTADO ORÇAMENTÁRIO 2022 AJUSTADO

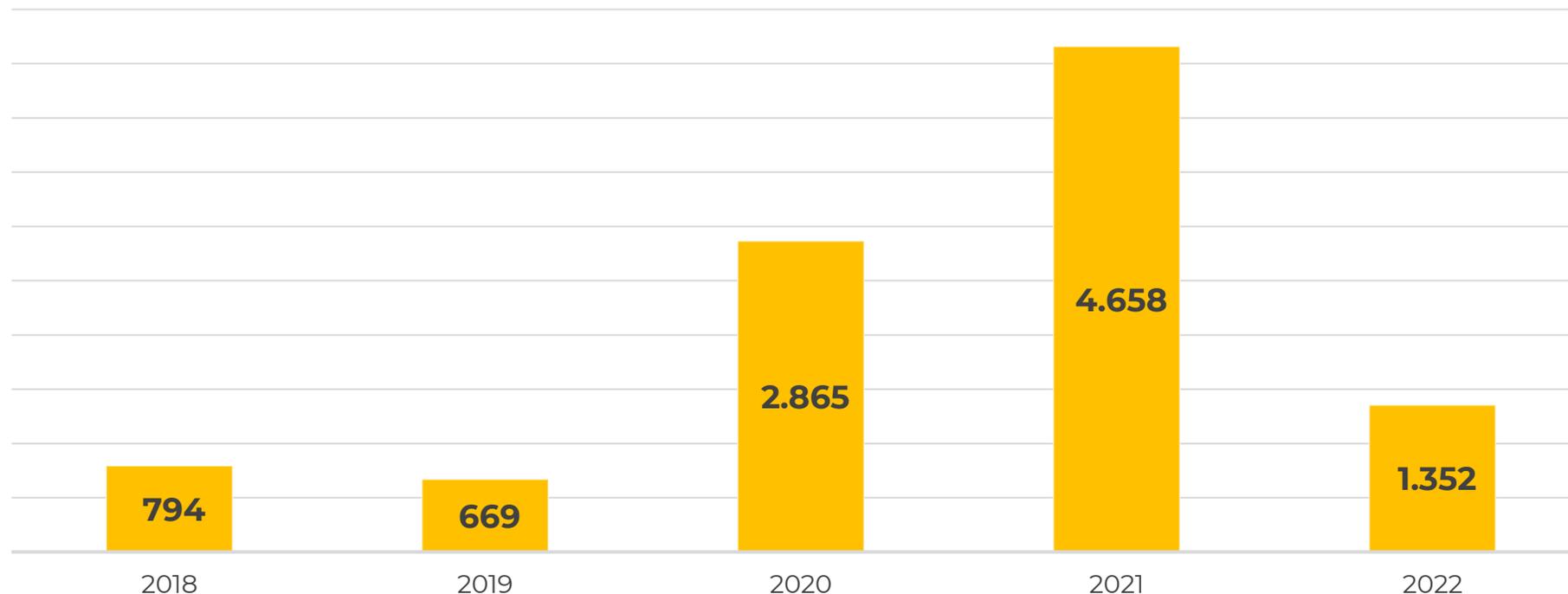
Detalhamento		
Resultado Orçamentário	3,3 bilhões	
(-) Serviço Dívida não executado (RRF)	4,3 bilhões	← Efeito “ Financiamento pela União ” RRF 2022
(=) Resultado Orçamentário Ajustado RRF	(1) bilhão	
(-) Receitas Extraordinárias	2,2 bilhões	← Efeito Receitas Extraordinárias
Privatização Sulgás	955 milhões	
Privatização CEEE-G	928 milhões	
Descapitalização CADIP	200 milhões	
Receitas de Concessões de Parques	150 milhões	
(=) Resultado Orçamentário Ajustado RRF e Receitas Extraordinárias	(3,2) bilhões	

Nota: Serviço da Dívida não executado contempla Dívida com a União e contratos de terceiros incluídos no RRF.

RESULTADO PRIMÁRIO

(Metodologia Nova – Regime de Caixa)

(Em milhões de R\$)



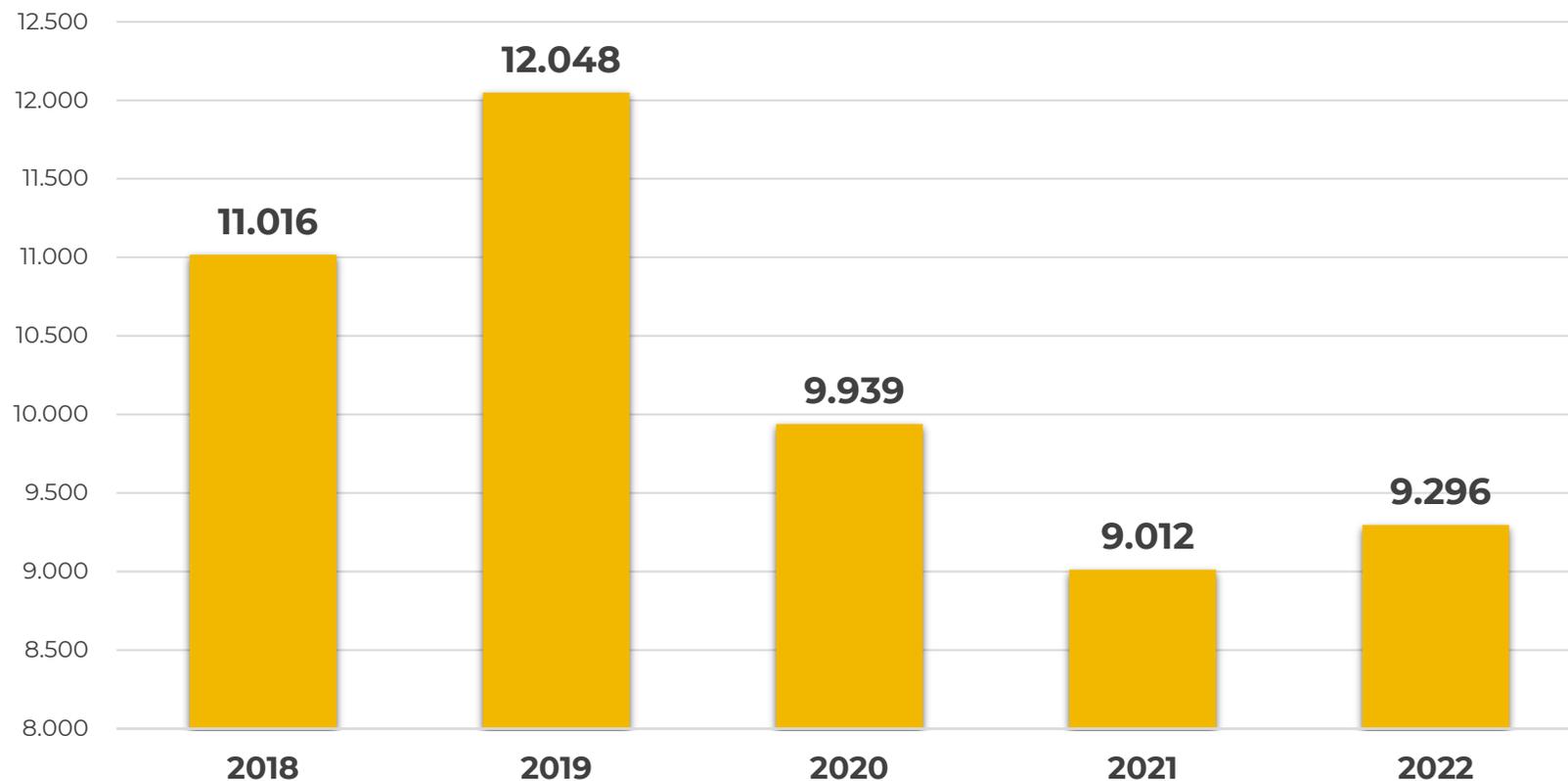
Nota: Resultado Primário (Metodologia Antiga – Regime Orçamentário Misto) em 2022 foi de R\$ 1,392 bilhão. A Meta da LDO 2022, considerando o regime misto era déficit de R\$ 51 milhões, referência para o contingenciamento dos Poderes e Órgãos Autônomos.

A meta de resultado primário ajustado do do RRF é um superávit de R\$ 2,7 bilhões (metodologia exclui algumas despesas como precatórios, devolução de depósitos judiciais). O valor realizado foi R\$ 3,2 bilhões. Serviço da dívida por competência R\$ 5,1 bilhões.

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO

(Fundo Financeiro)

(Em milhões de R\$)



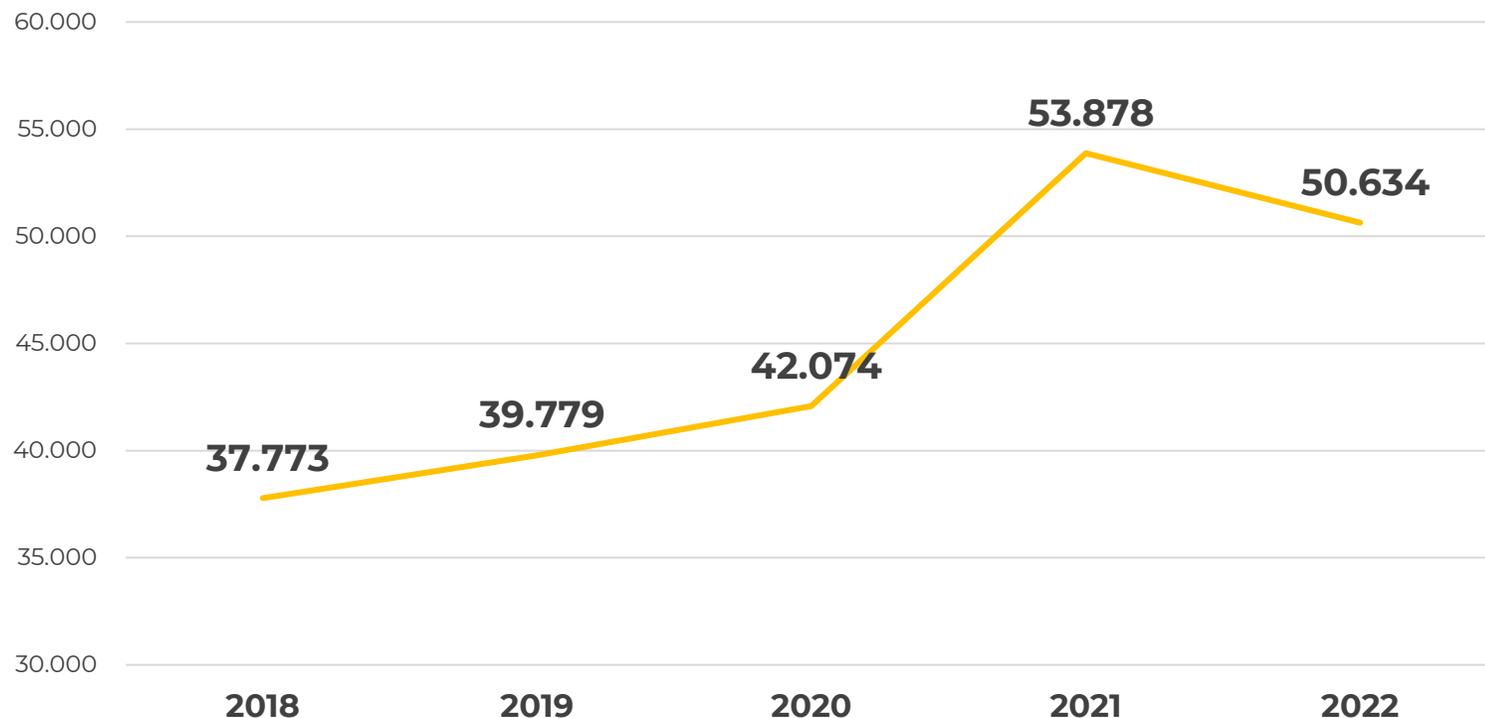
Déficit aumento de 3,1% vs 2021

- Novas aposentadorias e pensões concedidas
- Reajustes salariais (revisão geral de 6% e Piso Nacional do Magistério)

Nota: Não inclui as despesas administrativas.

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

(Em milhões de R\$)



RCL é a referência para aplicação dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

RCL 2022 queda de 6% vs 2021

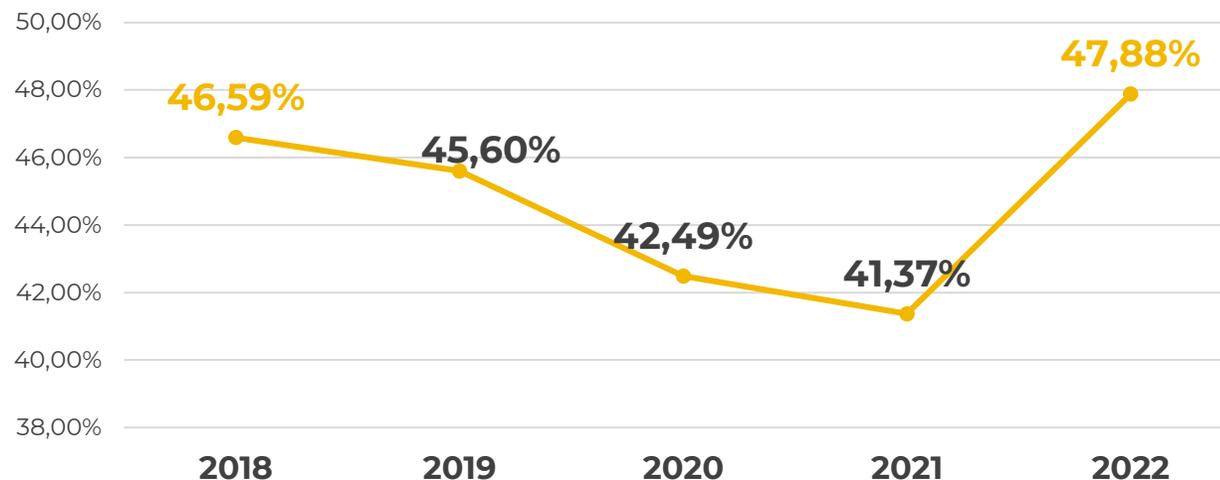
- **Redução da arrecadação de ICMS** (Reforma Tributária Estadual e LC 194)
- **Efeitos da Privatização CEEE 2021** (-2,5 bilhões)
- **Convergência com metodologia STN para apuração da RCL**, com dedução de perda do FUNDEB a partir de jan-2022 (-2,5 bilhões)

DESPESA DE PESSOAL

Convergência com metodologia STN a partir de jan-22 impacta o indicador de Despesa com Pessoal (DP/RCL):

- DP: inclusão das despesas com auxílio bolsa de estudos, Abono Permanência EC 41/03 – RPPS e Gratificação de Direção
- RCL: dedução de perda do FUNDEB a partir de jan-2022

%DP/RCL Poder Executivo



Conversão completa ao critério federal em 2022

PODER EXECUTIVO

47,88%

Acima do limite prudencial (46,55%).
O percentual ficou em 41,37% (TCE) e 43,26% (STN) em 2021

TODOS OS PODERES

56,18%

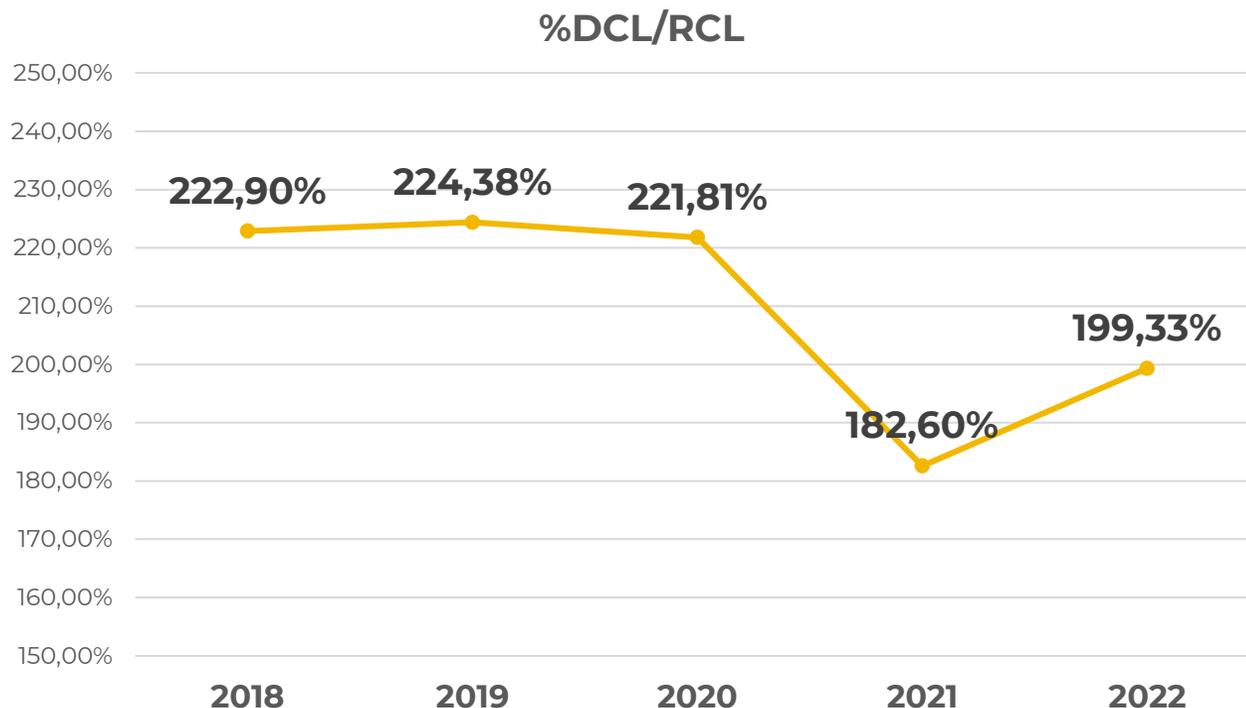
Abaixo do limite prudencial (57,0%).
O percentual ficou em 48,72% (TCE) e 51,10% (STN) em 2021

OBS: a partir de jan-21 os indicadores passaram a incluir os pensionistas e o IRRF, conforme LC 178 e EC 109. A partir de jan-22, inclusão das despesas com auxílio bolsa de estudos, Abono Permanência EC 41/03 – RPPS, Gratificação de Direção e dedução das perdas com FUNDEB na RCL.

DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL)

Convergência metodológica com STN a partir de jan-22 impacta o indicador de Despesa com Pessoal (DP/RCL)

- RCL: dedução de perda do FUNDEB a partir de jan-2022
- DCL: padronização metodológica dos registros contábeis dos saques dos depósitos judiciais às orientações STN + cancelamento dos restos a pagar da dívida com a União



Indicador de dívida LRF continua abaixo de 200%

199,33%

+ 16,73 p.p. vs 2021

182,60%

em 2021

RECEITAS 2022

RECEITA TOTAL EFETIVA

RS tem elevada autonomia fiscal: impostos correspondem a 62% da RTE

R\$ 56,6 bilhões

Receita Total Efetiva em 2022

- R\$ 282 milhões

queda vs 2021

-0,50%

Queda nominal vs 2021



Receita Total Efetiva em 2021:
R\$ 56,9 bilhões

Principais fatores que explicam a redução da receita 2022 vs 2021:

- ICMS: Queda das alíquotas estaduais e efeitos da LC 194
- Receita da Privatização da CEEE-T em 2021 (R\$ 2,7 bilhões)

* Caso se incluam recursos intraorçamentários, a **Receita Total soma R\$ 73,1 bilhões.**

RECEITA TOTAL EFETIVA

Valores em R\$ milhões	2022	2021	Δ (R\$)	Δ%
1. RECEITAS CORRENTES	54.098	53.915	183	+0,34%
Tributos Próprios, Líquidos dos Repasses aos Municípios e ao FUNDEB	34.946	36.462	(1.517)	-4,16%
Transferências Correntes Líquidas (FPE, FUNDEB, CIDE, IPI EXPORTAÇÃO)	10.862	10.349	513	+4,96%
Contribuições (Servidores – IPE PREV e SAÚDE)	5.046	4.588	457	+9,96%
Demais Correntes (Patrimoniais e Outras)	3.245	2.516	729	28,99%
2. RECEITAS DE CAPITAL	2.493	2.958	(465)	-15,73%
3. RECEITA TOTAL EFETIVA	56.591	56.873	(282)	-0,50%

- **Receita Bruta de ICMS** de R\$ 43,4 bilhões corresponde à queda nominal de R\$ 4,2 bilhões vs 2021, em função do fim de alíquotas majoradas de ICMS e dos efeitos da LC 194
- **Transferências Correntes:** FPE (crescimento de R\$ 553 milhões) e Outras Transferências Correntes (crescimento de R\$ 434 milhões, dos quais R\$ 286 milhões de recursos da cessão onerosa dos campos do pré-sal de Atapu e Sépia – Lei 13.855/2019)
- **Contribuições** de R\$ 5 bilhões, sendo as contribuições dos servidores para Fundo Financeiro (R\$ 2,9 bilhões), FUNDOPREVs (R\$ 145 milhões) e IPE –Saúde (R\$ 2,0 bilhões)
- **Receita de Capital:** Privatização da Sulgás (R\$ 955 milhões em jan/22), Privatização da CEEE-G (R\$ 928 milhões em out/22), Redução de capital social CADIP (R\$ 200 milhões em out/22) e Concessões de parques (R\$ 150 milhões em nov/22) vs Privatização da CEEE-T (R\$ 2,7 bilhões em out/21).

RECEITA TRIBUTÁRIA

2021

- ICMS R\$ 47,6 bi
- IPVA R\$ 3,9 bi
- ITCMD R\$ 1,1 bi

R\$ 43,4 bilhões

ICMS bruto caiu 8,8%

R\$ 4,6 bilhões

IPVA bruto cresceu 18,4% (valorização da frota, para mitigar o impacto aos contribuintes, o Governo vem incrementando descontos e aumentando o parcelamento)

R\$ 1,3 bilhão

ITCMD cresceu 19,1% (eficiência e aumento no preço dos imóveis)

**RECEITA TRIBUTÁRIA
LÍQUIDA CAIU 4,1%**
(-R\$ 1,5 bilhão)



- Recuperação econômica
- Inflação
- Receita 2030



- Fim das alíquotas majoradas de ICMS
- LC 194
- Efeitos da privatização CEEE em 2021

ICMS – LC 194/2022

Compensação peça Portaria STN

ICMS Bruto - Comparativo - Jul-Dez 2021 X 2022



(*) Julho/2021: Inclui valores CEEE

*Em milhões de R\$

COMPENSAÇÃO PELA PORTARIA STN Nº 7.889/2022:

- A redução nominal do ICMS no segundo semestre foi **R\$ 5,6 bilhões**
- Acumulado Jul-Dez/2021: **R\$ 26,363 bilhões**
- Acumulado Jul-Dez/2022: **R\$ 20,769 bilhões**

DESPESAS 2022

DESPESA TOTAL EFETIVA

Gastos com Pessoal: 62%
da Despesa Total Efetiva

R\$ 53,3 bilhões

Despesa Total Efetiva em 2022

- R\$ 1,4 bilhão

queda vs 2021

- 2,51%

queda vs 2021

** incluindo recursos intraorçamentários, a Despesa Total soma **R\$ 69,8 bilhões***

Despesa 2021:
R\$ 54,6 bilhões

Queda na DTE

- Despesa com Pessoal (+2,0 bilhões)
- Crescimento impulsionado pela revisão geral de 6% e pelo reajuste do Piso Nacional do Magistério, crescimento pouco acima da inflação (IPCA 5,79%)
- Redução nas despesas com dívida com o RRF (-R\$ 3,5 bilhões)

DESPESA TOTAL EFETIVA

R\$ milhões	2022	2021	Δ (R\$)	Δ %
1. DESPESAS CORRENTES	49.131	47.164	1.967	4,17%
Pessoal e Encargos	33.085	31.125	1.960	6,30%
Juros e Encargos da Dívida	482	2.416	(1.934)	-80,05%
ODC – Obrigatórias	11.274	10.498	776	7,39%
ODC - Contingenciável	4.290	3.126	1.164	37,25%
2. DESPESAS DE CAPITAL	4.135	7.474	(3.339)	-44,68%
3. DESPESA TOTAL EFETIVA (DTE)	53.266	54.639	(1.373)	-2,51%

- **Despesas de Pessoal (62%):** crescimento impulsionado pela revisão geral de 6% e pelo reajuste do Piso Nacional do Magistério
- **Juros e Encargo Dívida (1%):** redução de R\$ 1,9 bilhão por conta do RRF
- **Despesas de Capital (8%):** redução de R\$ 3,3 bilhões vs 2021, pois este incluía as operações relacionadas à desestatização da CEEE-D (R\$ 3,1 bilhões). Sem este efeito, a redução seria de R\$ 224 milhões, decorrente da Amortização da Dívida/RRF (-R\$ 1,6 bilhão) e dos Investimentos e Inversões Financeiras (+R\$ 1,4 bilhão)
- **ODC – Obrigatórias (21%):** despesas vinculadas à Saúde (- R\$ 657 milhões) em função da queda RLIT e queda transferências do SUS; IPE-Saúde (+ R\$ 612 milhões); remuneração dos depósitos judiciais em função da taxa SELIC (+R\$ 400 milhões)
- **ODC – Contingenciável (8%):** Secretaria da Educação – transporte e alimentação escolar e projeto Todo Jovem na Escola (+ R\$ 280 milhões), DETRAN (+ R\$ 120 milhões), Secretaria da Agricultura – Auxílio Estiagem, Projeto Irriga Mais e outros (+R\$ 120 milhões) e Nota Fiscal Programas Receita Certa e Devolve RS (+R\$ 209 milhões)

INVESTIMENTOS E INVERSÕES

Total de R\$ 3,8 bilhões (2022):

- R\$ 3,5 bilhões (92,9%) Poder Executivo, Autarquias e Fundações
- R\$ 267 (7,1%) milhões Outros Poderes e Órgãos Autônomos

R\$ 3,8 bilhões

7,1% da Despesa Total Efetiva

+ R\$ 1,4 bilhão

aumento vs R\$ 2,4 bilhões de 2021 (já descontados os efeitos da desestatização da CEEE-D)

+55%

aumento vs 2021, evidencia os efeitos do Programa Avançar

Total do Executivo:
R\$ 3,5 bilhões

- **R\$ 3,1 bilhões** com recursos próprios, tesouro livres e vinculados
- **R\$ 361 milhões** com recursos de operações de crédito, transferências e convênios

APLICAÇÃO EM EDUCAÇÃO E SAÚDE

Em milhões de R\$

Aplicações Constitucionais	2021	2022	Variação
----------------------------	------	------	----------

Receita Líquida de Impostos e Transferências (RLIT)	45.067,1	43.141,7	(1.925,4)
---	----------	----------	-----------

Saúde	2021	2022	Variação
-------	------	------	----------

Despesa com Saúde	5.495,7	5.245,7	(250,0)
-------------------	---------	---------	---------

% RLIT	12,19%	12,16%	-0,04%
---------------	---------------	---------------	---------------

Mínimo Constitucional	12,00%		
-----------------------	---------------	--	--

Educação	2021	2022	Variação
----------	------	------	----------

Despesa com Educação	11.614,8	12.030,5	415,7
----------------------	----------	----------	-------

% RLIT	25,77%	27,89%	2,11%
---------------	---------------	---------------	--------------

Mínimo Constitucional	25,00%		
-----------------------	---------------	--	--

- Queda da Receita Líquida de Impostos e Transferências no ano de 2022 em relação ao ano anterior
- Cumprimento dos Mínimos Constitucionais em Saúde e Educação

DÍVIDA, CONTINGÊNCIAS E PASSIVOS

DÍVIDA CONTRATUAL

**Estoque da Dívida
Contratual atingiu R\$ 93,8
bilhões (+8,7% vs 2021)**

- Suspensão do pagamento da dívida com a União (RRF)
- Saldo da dívida com União já incorpora refinanciamento das parcelas não pagas desde jul-2017
- Queda no saldo da dívida externa reflete apreciação do Real vs USD e amortizações

UNIÃO

R\$ 82,5 bilhões

Pagamentos regularizados em fev-2022



BANCOS FEDERAIS E PARCELAMENTOS

R\$ 1,7 bilhão

BB, BNDES, CEF e Parcelamentos Receita Federal e DMAE (Dpto Água e Esgoto do município POA)

ORGANISMOS EXTERNOS

R\$ 9,6 bilhões

BID e Banco Mundial

DÍVIDA COM A UNIÃO

Deferido o pedido de adesão ao RRF, o RS em 25/02/2022:

- Celebrou contrato de refinanciamento das parcelas não pagas desde julho/2017 (R\$ 16,4 bi)
- Celebrou contrato (art 9º-A) para suspender o pagamento da dívida com a União e com multilaterais
- Cumprindo exigência da LC 156/16, protocolou no STF a desistência das ações da dívida de sua autoria (ACO 2755 e 3059), homologada pelo Min. André Mendonça em 10-mai-22

Exercício de inscrição do Restos a Pagar	R\$ milhões
Exercício 2017	1.003
Exercício 2018	3.198
Exercício 2019	3.450
Exercício 2020	3.470
Exercício 2021	3.420
Total RAPs cancelados em fev-2022	14.542
Empenhos Estornados (Exercício 2022)	600
Total de Cancelamentos com a Assinatura dos Aditivos	15.141



Com regularização das pendências jurídicas com a União e celebração do art 9º-A:

- **R\$ 14,5 bi** em RAPs cancelados
- **R\$ 600 mi** em empenhos estornados

PRECATÓRIOS

Total de R\$ 16,5 bilhões (+8% vs 2021)

Apesar das quitações em 2022 - Repasses de 1,5% da RCL com recursos do tesouro (R\$ 800 milhões) e Acordos Diretos na Câmara de Conciliação e Compensação com Dívida Ativa (R\$ 145 milhões), **o estoque cresceu em razão da atualização monetária (maioria dos casos SELIC)**

R\$ milhões

Exercício	Novas Inscrições	Quitações (pagamentos, acordos e compensações)	Saldo Devedor Final
2022	285	945	16.476
2021	369	883	15.221
Δ 2022/2021 em R\$	-84	61	1.255
Δ 2022/2021 em %	-23%	7%	8%



Em outubro/2022, foi aprovada na Comissão de Financiamentos Externos (Cofix) a contratação de financiamento junto ao BID no valor de **USD 500 milhões** para quitação dos precatórios judiciais.

OUTROS PASSIVOS

Paralelamente à melhoria dos pagamentos, o Tesouro Estadual vem **reduzindo os saldos de passivos usados como financiamentos precários dos déficits no passado.**

- **RESTOS A PAGAR:** estoque de R\$ 3,9 bilhões ao final de 2022 vs R\$ 19,3 bilhões ao final de 2021, que incluía R\$ 14,5 bilhões da Dívida com a União (cancelados em função da adesão ao RRF) e R\$ 4,7 bilhões referentes às demais despesas (Pessoal, Investimentos, Inversões e ODC)
- **DEPÓSITOS JUDICIAIS:** sem novos saques, saldo em aberto permanece estável (R\$ 10,5 bilhões, sendo R\$ 10,0 bilhões referentes ao estoque de terceiros). Recursos não sacados próximos a 25% do estoque de terceiros, acima do fundo de reserva de 5% previsto em lei estadual
- **DÍVIDAS DO CAIXA ÚNICO*:** Passivo de R\$ 1,8 bilhão (vs R\$ 2,7 bilhões em 2021), o que representa **queda de R\$ 6,5 bilhões vs estoque de R\$ 8,3 bilhões em dezembro de 2018**
- **PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO:** passivo contingente estabilizado em R\$ 42 bilhões, com a reforma do Plano de Carreira do Magistério

**excluindo depósitos judiciais*

Relatório de Transparência Fiscal

ACESSE NA ÍNTEGRA



Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul

MAIS INFORMAÇÕES

ACESSE OS RELATÓRIOS



Relatório Externo



Tesouro do Estado

RS Contábil



Cage – Contadoria e Auditoria Geral do Estado

Painel da Arrecadação



Receita Estadual

Obrigada

Pricilla Maria Santana

SECRETÁRIA DA FAZENDA DO ESTADO

FEVEREIRO 2023



NOVAS FAÇANHAS

NA FAZENDA